

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011:** _____

---Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Enes de Abreu,
Berta Filipa Gonçalves Viana,
António Maranhão Peixoto,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
Miguel de Almeida Moreira,
Zélia Susete Rosas Fernandes,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
António Manuel Meira da Cruz Queirós
Maria Isabel Fernandes Dias,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel Barros Lopes,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
Alfredo de Jesus dos Santos Cepa em substituição de António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
Jorge Sampaio da Silva em substituição de António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em

representação desta, bem como dos senhores Vereadores Arqt.º António Benjamim da Costa Pereira, Dr.ª Jaquelina Casado Afonso Areias, Eng.ª Maria Raquel Moraes Gomes do Vale, Prof. Rui Manuel Martins Pereira, Pedro Tiago Teixeira Saleiro e Cândido Veiga Escrivães. ---

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva, António Viana da Cruz e José Henrique Laranjeira Brito. -----

---Não compareceu inicialmente Maria Isabel Fernandes Dias, sendo que, a falta dada até ao momento em que foi presente na sessão foi por unanimidade considerada justificada. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Interveio Maranhão Peixoto, em representação do Grupo Político do PSD tendo apresentado inicialmente um voto de pesar que se transcreve:

Voto de Pesar pelo falecimento do senhor António de Matos, sogro do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belinho:

“Em virtude do falecimento do senhor António de Matos, no dia 22 de Abril passado, sogro do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belinho e nosso colega nesta Assembleia Municipal, propomos que seja aprovado um voto de pesar por tal doloroso acontecimento, apresentando-lhe sinceras condolências ao Sr. Presidente e Família. Que desta deliberação seja dado conhecimento à digníssima família.”

Continuando no uso da palavra, apresentou a seguinte intervenção:

“Neste atormentado quotidiano que vivemos todos nós portugueses, somos ainda constantemente envergonhados pela liderança da equipa governativa que, de forma farisaica, leviana e enxovalhante, persiste em assobiar para o lado, em sacudir afrontosamente a água do capote e em culpar, só e sempre, os outros pela situação existente.

Tal timoneiro, enublado pela permanente propaganda que vocifera e impõem, não vê nem reconhece nenhum erro à sua governação e até, pasme-se, surge agora como auto-arvorado salvador da pátria acompanhado pelo repetitivo hino do Gladiador.

Como foi possível nesta nossa Nação deixar-nos conduzir até a este abismo?

Importa lembrar que desde a bancarrota de 1892 nunca Portugal viveu uma angústia financeira igual. Hoje a nossa dívida pública ultrapassa o patamar mais elevado de que há conhecimento desde 1850.

Apesar de toda a cosmética mediática, este governo não se livrará talvez de ser o mais

incompetente do último século e meio, pois, colecionou resultados quase ímpares, ao ponto de não haver qualquer sector da sociedade portuguesa que haja conhecido melhorias estabilizadas. Recorde-se que em 1995 a nossa dívida externa bruta era inferior a 40% do PIB, hoje é de 230% do PIB. Neste mesmo ano, a nossa dívida externa líquida cifrava-se em 10% do PIB, agora é quase 110% do mesmo PIB.

Hodiernamente, vivemos a segunda maior vaga de emigração dos últimos 160 anos, temos a segunda maior fuga de cérebros de toda a OCDE e a pior taxa de poupança dos últimos 50 anos.

Para transpormos a dura realidade que temos, é urgente reinventar o futuro para este jardim à beira-mar plantado. Tal desiderato exige verdadeira capacidade e forte carácter político, a começar pelo próximo acto eleitoral. E neste combate cujo desfecho velozmente se aproxima, é com elevado apreço e justiça que vemos dois nossos conterrâneos e membros desta Assembleia na primeira linha de defesa da social-democracia portuguesa: o Eng.º Couto dos Santos, uma vez mais cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Aveiro, e o Dr. Albino Penteado Neiva, na lista do círculo eleitoral de Braga.

Senhor Presidente, senhores deputados:

A governação já demonstrou, clarificou e justificou há bastante tempo a sua incapacidade. Esgotou-se rápida e sofregamente, asfixiou-se numa prática oposta ao seu ideário, desapareceu e reaparece manhosamente no nevoeiro que levantou, jamais será solução, pelo contrário, será sempre o enorme problema.

Portugal merece mais e melhor. Com exemplaridade, sem visões, quimeras, alucinações ou fantasias, muito menos a venda de ilusões que comprometam, irremediavelmente, a decência, a verticalidade e a verdade.

Reafirmamos a plena consciência de que cada português tem na sua mão o amanhã desta terra que nos pertence.

Tudo depende, como sempre, de todos e de cada um de nós.”

Seguidamente interveio José Felgueiras, Presidente da Junta de Esposende e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Não contava intervir nesta sessão da Assembleia Municipal.

Porém, ao tomar conhecimento que desta casa, sairão quatro candidatos a Deputados à Assembleia da república, não podia deixar de me congratular por esse facto que julgo inédito, num Órgão Autárquico representativo de um concelho com a dimensão do nosso.

O senhor Eng.º Couto dos Santos, nosso ilustre Presidente, será, no caso, como o da história da pescada, ou seja, antes de o ser já o era;

Os outros três, ainda terão que passar por alguns testes, algumas malhas estreitas de todo o processo.

O Dr. Neiva, a Dr.ª Ana Morgado e o Dr. Manuel Carvoeiro, são três putativos Deputados que foram forjados nesta Assembleia.

O Dr. Neiva é detentor de uma enorme experiência cultural e autárquica que lhe dá traquejo e à vontade para falar e defender aquilo que conhece como ninguém;

O Dr. Carvoeiro tem na sua bagagem, um passado de luta e de irrepreensível coerência partidária, características muito valorizadas pelas altas esferas do seu partido. Mas também foi aqui que ganhou mais visibilidade e oportunidade que, alias, ele soube e sabe aproveitar com mestria.

A Dr.^a Ana Morgado, minha camarada, e por acaso, também minha prima, estatuto que muito prezo, é uma força da juventude, firme e esclarecida, interventora e persistente na defesa dos seus pontos de vista, rigorosa e objectiva.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a política, como sabe e todos sabemos, é uma arte!

Espero, sinceramente, que todos eles acabem por exercer tão altas e prestigiantes funções, possam fazê-lo com dignidade, para eu, definitivamente e pessoalmente, poder tirar, não a prova dos nove mas sim, e neste caso, a prova dos quatro.

Gostaria de, nesta prova, chegar a uma conclusão simples, mas diferente das que tenho tirado até hoje. De saber que, finalmente, quatro cidadãos esposendenses, em quadrantes diversos da Política Portuguesa, defenderam e levaram, até ao fim, satisfação dos interesses dos povos que eles representam.

Se assim o fizerem, terão a minha admiração interna! Porque uma das situações mais amargas da vida é, de facto, a desilusão.”

Interveio seguidamente Ana Morgado em representação do Grupo Político do PS e cuja intervenção vai ser transcrita:

“O Município de Esposende e o seu órgão mais representativo – esta Assembleia Municipal – não podem olhar de lado para a situação económica e política que o nosso país atravessa.

É, julgo eu, nosso dever reflectir sobre o impacto e a importância que as soluções – conhecidas e propostas nuns casos, ignoradas e escondidas noutros casos – apresentadas pelos diferentes Partidos Políticos para a próxima eleição legislativa terão para o nosso Concelho e para a respectiva população.

Em primeiro lugar para a economia; questão que afecta todos.

Portugal estava a desenvolver uma economia mais forte e mais sustentada – como o comprova a subida constante das exportações - recuperando da maior recessão desde que há história económica melhor que muitos outros países europeus, como por exemplo as economias emergentes de Leste.

No entanto, caiu na mira dos olhares de especuladores e analistas de rating de crédito que manipularam os mercados de financiamento, criando um cenário insustentável no que respeita à obtenção de crédito por Portugal.

Manipularam não só os mercados, mas também a política, em especial os partidos da oposição que, numa coligação sem precedentes, puseram aquilo que julgavam que eram os seus interesses políticos à frente do interesse nacional.

Conseguiram que um governo caísse e deixaram o próximo, seja ele qual for, de pés e mãos atadas.

Este poder das agências de rating, que vai para além do jogo dos mercados, acabou por ditar o futuro de um país, com a colaboração activa dos partidos da oposição em Portugal.

Sendo certo que o olhar para a história deve ser integrado e distanciado, não vou fazer o discurso da culpa de “tudo-quanto-está-a-acontecer-é-culpa-dos-governos-do-Prof.-Cavaco”:

- *Que desperdiçaram as ajudas da União Europeia;*
- *Que preferiram investir em betão;*
- *Que pagaram para se abandonar as culturas agrícolas tradicionais;*
- *Que desmantelaram uma parte importante da frota pesqueira e marítima;*

- *Que não apostaram suficientemente na inovação e no desenvolvimento tecnológico da nossa indústria mantendo, quer no quadro dos apoios aos empresários portugueses, quer no quadro dos incentivos ao investimento externo, um modelo económico baseado no recurso a mão-de-obra intensiva e baixos salários;*
- *Que permitiram, de forma grosseiramente negligente, o uso indevido de fundos comunitários.*

Direi apenas que os governos do PS trouxeram a Portugal e a Esposende um desenvolvimento nunca visto, tendo-se apostado no desenvolvimento económico sustentado, com especial destaque:

- *Para as energias renováveis;*
- *Para uma educação inclusiva, baseada numa verdadeira igualdade de oportunidades;*
- *Para a aposta nas novas tecnologias e no desenvolvimento científico;*
- *Para a flexibilização do trabalho no melhor interesse do próprio trabalhador*
- *Para a racionalização de meios em toda a função pública (desde as escolas aos registos e notariados), do tão falado simplex – repare-se que hoje nem nos lembramos que há quatro anos para uma simples cessão de quotas de um sócio a outro numa pequena sociedade era preciso ir para um notário e lá estar tempos sem fim e pagar uma conta bem cara.*

Lembre-mos que, há quatro anos, eram poucas, muito poucas, as crianças com 6 anos que podiam mexer num computador ou que já aprendiam as primeiras palavras em inglês ou que tinham acesso à escola a tempo inteiro.

São coisas que em tão pouco tempo o governo socialista nos proporcionou e que hoje temos por adquiridas.

São medidas que beneficiaram os portugueses em geral e os esposendenses em particular.

Lembro o ICI (actual A28) no tempo do Eng. António Guterres, a recente abertura da variante em direcção a Barcelos, as obras no Tribunal de Esposende e nas várias repartições da Administração Central, a inclusão do Hospital Valentim Ribeiro na Rede de Cuidados Continuados, os Protocolos assinados com as Misericórdias de Esposende e de Fão, a criação de linhas de financiamento para os Centros Escolares de Esposende, Fão e Forjães e a recentemente anunciada inclusão da Escola Secundária Henrique Medina no Programa de Requalificação das Escolas Secundárias que, como se viu na última Assembleia Municipal, mereceu do PSD local uma reserva bem reveladora da forma como este partido interpreta o direito das crianças esposendenses ao acesso às melhores condições de ensino e aprendizagem.

Estou certa que os Esposendenses não esquecerão tudo isto.

Mas também estou certa de que não esquecem o comportamento recente dos partidos da oposição no âmbito nacional e europeu.

O PSD numa atitude de pura ânsia pelo poder, deslumbrou-se com essa possibilidade e não conseguiu sequer fingir uma postura de Estado.

Em primeiro lugar não se coíbe em anunciar que rejeita um PEC – cuja rejeição sabiam que traria consequências devastadoras aos portugueses – por questões meramente formais: porque dele não foi notificado antes dos membros da comunidade europeia.

Mas, como se isso não fosse o bastante, verificou-se, pouco mais de um mês depois, que até esta desculpa formal era falsa pondo a nu o oportunismo e a falta de credibilidade do seu líder e da sua direcção.

O CDS que tanto - e em tão alta voz - apregoa o sentido de Estado, deslumbrou-se também com a possibilidade de ir a reboque para o poder, oferecendo ao país o triste espectáculo daqueles que passam a vida a pôr-se em bicos de pés para que não se esqueçam deles.

E o Bloco e a CDU, não só se concertaram com a direita parlamentar neste exercício de “vamos deitar o Governo abaixo”, mas vieram agora - pasme-se! - recusar falar com o FMI. Será que achavam que, estando o país debaixo do ataque cerrado das agências de rating, se o PEC4 não fosse aprovado os mercados não nos iam atacar como abutres?! Será que achavam que isso não iria culminar na entrada do FMI no país? Será que não percebem que recusar reunir com o FMI – ao menos para transmitir as suas posições – é um acto inconsequente que só prova que não servem para nada?

Hoje, o nosso país, a nossa região e o nosso concelho estão confrontados com uma escolha.

Uma escolha entre o Partido Socialista, que luta tenazmente, todos os dias, pela defesa do interesse nacional, e entre os outros partidos que nunca se conformaram com o resultado das eleições legislativas de 2009 e juntaram às dificuldades estruturais da economia portuguesa uma crise política artificial, prejudicando o seu próprio país.

Uma escolha entre o Partido Socialista, que defende um modelo bem conhecido de estado social sustentável e os outros partidos políticos que, à sua direita não escondem o propósito de destruir as bases do sistema nacional de saúde, do sistema público de segurança social e do sistema público de ensino e, à sua esquerda, dos partidos que continuam a persistir num modelo estatizado que – como agora se viu em Cuba, onde teve o seu último estertor – foi derrotado pela realidade e pela história.

Uma escolha entre o Partido Socialista que trouxe ao nosso país uma agenda para a modernidade baseada na inclusão das mulheres na vida pública, no acesso público à procriação medicamente assistida para casais com dificuldades reprodutivas, na qualificação dos portugueses que levou mais de 1.800.000 adultos de regresso à escola, no reforço do apoio à velhice através do complemento solidário para idosos, no respeito por vias alternativas de relacionamento afectivo, na afectação de recursos da união europeia na qualificação da população activa e os outros partidos que a estas medidas, sem excepção, puseram dificuldades, entraves e reservas agarrados, como estão, a uma agenda neo-liberal do cada um por si ou a velhos e ultrapassados preconceitos ideológicos.

Porque a verdade é que há um antes e há um depois. Há uma mudança estrutural na sociedade portuguesa, que começou em 2005 e que, estou certa, não vai parar.

Eu não faço parte daqueles que olham acriticamente para os governos do meu camarada José Sócrates.

Mas, neste momento, a escolha é clara para aqueles que acreditam no nosso país e na capacidade dos portugueses para superar as dificuldades que atravessamos.

Entre a agenda oculta do neoliberalismo travestido de social democracia e de democracia cristã e a fanfarronice marxista e esquerdista da extrema esquerda resta o programa sóbrio e realista de um partido que sempre defendeu o interesse nacional e os portugueses: o Partido Socialista.

Gostava ainda de falar de um problema que foi hoje tornado público e que diz respeito ao Tribunal Judicial de Esposende.

A Câmara Municipal de Esposende retirou a reserva dos lugares de estacionamento dos magistrados daquele Tribunal. Não colocamos em causa a legalidade ou correcção desta medida – não é isso que queremos discutir.

No entanto, não podemos fingir que não temos um problema que pode sair “caro” aos cidadãos deste concelho.

Vejamos: no Tribunal Judicial de Esposende exercem funções os Juizes de círculo judicial de Barcelos que têm intervenção nos processos em que estão em causa factos de especial gravidade (puníveis com mais de cinco anos de prisão) e acções ordinárias.

Estes magistrados não estão, portanto, permanentemente no Tribunal de Esposende, exercendo as suas funções noutros Tribunais. Por causa disto, têm que, constantemente, transportar os processos.

Ora, os senhores magistrados consideraram que ao terem que se deslocar pela cidade com os referidos processos, está em causa não só a sua segurança, mas também a dos processos e dos computadores que neles são transportados, razão pela qual decidiram, ainda que provisoriamente, deixar de fazer aqueles julgamentos no Tribunal Judicial de Esposende. Esta decisão obrigará os cidadãos esposendenses que tenham intervenção nestes processos a deslocar-se a Barcelos. Isto traduzir-se-á num aumento de custos e de perda de tempo para estas pessoas e ainda para a morosidade da Justiça atenta as limitações de espaço que existem no Tribunal de Barcelos, o que deverá merecer a consideração deste executivo.”

Interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Ouvi algumas vozes neste concelho, algumas delas da área política do PS, a afirmar que a oposição ao PSD, com assento nesta Assembleia, nada fez, nada disse acerca da alienação do edifício sede da Esposende Ambiente e da Quinta do Paiva, precisamente à Esposende Ambiente. Poderia, até, admitir que tais posições resultassem de alguma desatenção. Mas, não creio que seja o caso. Julgo, antes, que há uma intencionalidade subjacente a essas afirmações, desde logo, meter no mesmo saco todas as forças políticas que institucionalmente corporizam a oposição ao PSD.

Debalde. É que, se uns ficam calados e outros, ainda, optam por ziguezaguear sobre o assunto, abstendo-se na votação final, a CDU, com firmeza, denunciou aqui, nesta Assembleia a alienação de tais imóveis. Considerámos que tais medidas da Câmara não têm em conta o interesse público, havendo o risco, num futuro quadro de privatização da Esposende Ambiente, de o Concelho assistir à perda de património de inegável valor. Assumimos esta posição de forma muito firme. Se outros não o fizeram que assumam esse ónus. Não venham, a posteriori, procurar inculcar nos Esposendenses a ideia de que a oposição nada disse, nada fez. Esta oposição, CDU, não se calou, denunciando a postura da Câmara sobre a matéria.

Senhor Presidente, decorreram, durante alguns meses, na Estrada Nacional n.º 13, no troço Antas – Mar, trabalhos para a implementação e alargamento da rede de saneamento. Concluída a obra, ficou uma estrada sem as mínimas condições de segurança, com um piso com altos e baixos, lombas e lombinhas, tampas em posições sub niveladas. Como é possível deixar, após realização da obra referida, uma via em tão mau estado! Lamento a passividade da Esposende Ambiente, das Juntas de Freguesia com jurisdição naquela zona e da Câmara Municipal perante tudo isto. Até quando, senhores Deputados, vamos ter que circular nesta estrada sem condições de segurança? Uma vergonha.

Senhor Presidente, senhores Deputados, na semana passada, os candidatos do PSD pelo Círculo Eleitoral de Viana do Castelo admitiram que o actual modelo de pagamento de portagens na A28 poderá ser revisto, caso o partido vença as eleições legislativas de 05 de Junho. Carlos Abreu Amorim, o último grito dos comentadores de serviço, oriundo da área

laranja do centrão político, afirmou, pois, que “o modelo das SCUT foi imposto por um Governo socialista e fracassou. É um mau exemplo da governação, uma trapalhada, e, por isso, o PS deve explicações”, admitindo, assim, a vontade do PSD em rever o actual modelo de portagens. Parece que o Homem não corou, nem gaguejou ao fazer estas afirmações. Devo dizer que este exercício ensaiado pelo PSD configura um refinado acto típico de puros trocaxistas políticos. Agora, para caçar votos, lá vem o PSD, como virá o PS e CDS, criticar o que fizeram, quiçá, desdizer o que defenderam. São posturas requentadas que deveriam envergonhar quem as adopta. O PSD que não venha sacudir a água do capote, porque em matéria de introdução de portagens nas SCUTS tem tantas responsabilidades como o PS e o CDS. Não esqueço o papel activo, muito activo de Pedro Passos Coelho a preconizar que as portagens deveriam ser pagas, não só na zona norte, mas em todo o país. Como também não esqueço as posições de Miguel Macedo, agora cabeça de Lista do PSD pelo Círculo de Braga, designadamente, na Assembleia da República, a defender a introdução de portagens nas SCUTS e a votar, com todos os seus pares de bancada, a introdução e pagamento de tais portagens, posição que de forma abnegada assumiu no Prós e Contras da RTP, a qual mereceu nesta Assembleia, a crítica dura, tão dura do Sr. Deputado desta Assembleia, Dr. Penteado Neiva que agora acompanha o Dr. Miguel Macedo na Lista de candidatos pelo Círculo de Braga.

Senhor Presidente, senhores Deputados, a introdução de portagens nas SCUTS constitui uma malfetoria contra as populações, cujos autores e responsáveis têm nome e têm rosto. São eles os deputados do PS, PSD e CDS/PP que sempre se colocaram, com um outro desaguisado de circunstância, de acordo sobre esta matéria. As piruetas políticas e atitudes de branqueamento e fuga às responsabilidades, por parte do PS, PSD e CDS, quanto à introdução de portagens, merecerão a denúncia e combate firme da CDU. E apelamos às vítimas destas malfetorias, aos Esposendenses que vêem a sua vida mais difícil, em cada dia que passa, também com o pagamento de portagens, para não se deixarem enganar, usando o seu voto, no dia 5 de Junho, penalizando o PS, PSD e CDS/PP, verdadeira TROIKA da desgraça submetida à outra TROIKA, a da flagelação, corporizada pelo FMI, BCE e FEFUE.

E mesmo apesar dos chavões expendidos aqui pela Dr.ª Ana Morgado, apresentando um paraíso, falso paraíso, descrito por ela, com algum ênfase, o Povo, Dr.ª Ana Morgado, creio eu e estou convicto disso, saberá dar a resposta certa. Porque o Povo tem sido vergastado com os PECS, o Orçamento de Estado, verdadeiro garrote para os mais desfavorecidos.

O Povo saberá dar resposta às políticas de Direita agora levadas à prática nos últimos seis anos pelo seu PS.

O delírio político da Dr.ª Ana Morgado, a levitação política da Dr.ª Ana Morgado aqui neste palco, não apaga as responsabilidades deste PS, sempre mas sempre de joelhos perante os poderosos, os grupos financeiros e grandes grupos económicos. Um PS que sem vergonha se diz socialista e não se importa de ser a outra face da moeda do centrão político. Um PS com uma história longa sempre contra os direitos do Povo, dos mais desfavorecidos. Um PS forte, musculado com os frágeis e mole com os poderosos. Um PS que ataca a escola pública, um PS que ataca professores, um PS que face ao último “ronco” da banca poderosa, logo cedeu, abrindo as portas ao carrasco FMI.”

Seguidamente apresentou uma Recomendação que se transcreve:

Recomendação à Câmara Municipal para que adopte medidas tendentes à dinamização da

agricultura familiar no nosso concelho e incentivo ao cultivo de terrenos abandonados.

“No concelho de Esposende, ao longo das últimas três décadas, à semelhança do que aconteceu no resto do país, assistimos a um acentuado abandono dos campos, situação provocada, no fundamental, pelas orientações e medidas políticas adoptadas pelos sucessivos governos. As hortas e quintais, as veigas e as agras deixaram de contar com o amanhã dos homens e mulheres, transformando-se em brejos pejados de matagais. O longo pousio destas terras de cultivo configura uma realidade triste que urge alterar. Importa reanimar estas pequenas zonas com aptidão agrícola, torná-las, outra vez, produtivas, com vantagens, certamente, para muitas e muitas famílias que vivem com grandes dificuldades económicas. Assim, a Assembleia Municipal de Esposende recomenda à Câmara Municipal que adopte medidas tendentes à dinamização da agricultura familiar no nosso concelho, incentivando o cultivo de terrenos abandonados.

Recomenda, ainda, que a Câmara, em ligação estreita com a Cooperativa Agrícola de Esposende, crie uma rede concelhia de agricultura biológica, premiando os bons desempenhos neste âmbito, valorizando e divulgando a qualidade dos produtos agrícolas da nossa Terra.”

Continuando no uso da palavra apresentou uma Proposta que se transcreve:

Proposta para que seja solicitada com brevidade toda a informação relevante sobre a instalação de linhas de alta tensão no concelho de Esposende, proceder ao seu estudo e impedir a instalação das mesmas.

“A REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. como concessionária da RNT – Rede Nacional de Transporte, adjudicou à RZMAPA, Serviços de Engenharia, S.A. o projecto, Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e Cartografia do “EIXO ZONA DE ALFENA – “VILA DO CONDE” – VILA FRIA B” – ESPANHA”. A ATKINS (Portugal), Lda. Foi contratada pela RZMAPA para a elaboração dos EIA’s destas infra-estruturas. Os projectos em estudo compreendem a abertura de linhas de alta tensão que atravessarão, no nosso concelho, designadamente, as freguesias de Curvos e Palmeira de Faro.

Pelas características, aquelas infra-estruturas estão sujeitas a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (cf. Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro), incluindo uma fase de Consulta Pública. Na sequência desse procedimento será proferida pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA), vinculativa para o licenciamento do projecto.

A empresa supra, responsável pela elaboração do EIA, está agora a solicitar, às entidades directamente interessadas, informação disponível sobre eventuais condicionantes aos projectos, bem como quaisquer preocupações suscitadas pela área de estudo considerada.

Ora, este assunto, pela sua natureza, deve mobilizar a atenção do Município e das Freguesias visadas.

É que poderá ficar em causa a saúde e bem-estar das pessoas que residem nas imediações dos campos electromagnéticos gerados pela instalação e atravessamento aéreo de tais linhas.

Preocupações que, noutras localidades, têm mobilizado a atenção de autarcas e originado, com sucesso, fortíssimas lutas e movimentos de protesto, na vertente da contestação cívica e popular, bem como na esfera jurisdicional.

Assim, a Assembleia Municipal delibera solicitar, com a maior brevidade, toda a informação relevante sobre o assunto, proceder ao seu estudo e, na defesa dos direitos e interesses das populações, desencadear todas as medidas tendentes a impedir a instalação das linhas de alta tensão referidas.”

Interveio Albino Neiva, em representação do Grupo Político do PSD e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Não era para intervir nesta sessão da Assembleia Municipal, mas algumas circunstâncias obrigam-me a isso. E cada vez mais acredito num ditado popular que afirma perante um absurdo, que a montanha pariu um rato. Julgo ser precisamente este o resumo da intervenção da colega Deputada Ana Morgado.

Não quero, nem devo, usar esta instituição para rampa de lançamento político, nem para justificar qualquer escolha. Agora o que não posso nem devo é deixar passar em claro a posição política da nossa colega Ana Morgado na defesa cega do governo socialista e do autista Engenheiro Sócrates. Quem a ouviu e se caísse neste País e neste lugar agora mesmo, bateria palmas e levantar-se-ia para defender partido que a Dr.^a Ana Morgado está há tantos anos a defender e que até parece estar na oposição. Longe de imaginar pelo discurso, que afinal o PS é governo há seis anos ininterruptos e há onze anos com um pequeno interregno.

Como é possível meter-se a cabeça na areia e ignorar que foi precisamente o partido socialista quem conduziu o país para a banca rota pese embora tenha recebido por parte do PSD algum apoio, pelo menos permitindo-lhe que aplicasse as medidas que o senhor Sócrates dizia que eram suficientes.

Como se pode vir aqui defender a política do Governo que fez deste nosso país a piada europeia.

Na política não vale tudo. Haja alguma seriedade e, acima de tudo, faça-se política com ética, verdade e respeito pelos cidadãos.”

Interveio seguidamente Berta Viana, em representação do Grupo Político do CDS/PP e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Estou aqui, como disse o Dr. Neiva, também não pensava intervir com esta amplitude mas de facto, depois de ouvir a intervenção da Dr.^a Ana Morgado e do Dr. Carvoeiro, e confesso-vos que é com grande alívio que eu não faço parte, em nada, da estratégia deste governo e tenho orgulho, Deputada Ana Morgado, de não partilhar do seu orgulho, mas o senhor Sócrates, que se dizia engenheiro, mas que teve que fechar a Universidade onde cursou, não fosse o país saber a verdade.

Dr.^a Ana Morgado sobre a sua intervenção, e porque penso diferente, vou apenas partilhar com esta Assembleia antíteses que me ocorreram no seu discurso. Vangloriava-se a Deputada Ana Morgado com a evolução do país, dizendo que há quatro anos não era assim, que hoje as crianças têm computadores, concordo consigo, é verdade. Mas também é verdade que essas mesmas crianças, hoje, têm fome. Fecharam-se cantinas quando há crianças com fome e a Câmara Municipal é sabedora disto, até porque teve que utilizar fundos próprios quando o Ministério os cortou, fundos da Câmara Municipal que foram utilizados para fazer face a despesas de transporte e de alimentação de crianças, porque como referi, o Governo cortou esses fundos. E não é um computador que nos vai trazer lucidez ou que nos vai fazer andar

para a frente, até porque nos países mais desenvolvidos do mundo, o computador foi abandonado porque as crianças no momento inicial da sua aprendizagem ficam despertas para outras coisas e não desenvolvem as capacidades cognitivas no seu potencial máximo. O computador nas sociedades mais civilizadas tem vindo a ser abandonado mas em Portugal passa-se fome mas temos o Magalhães. Este é o país que temos e é um governo e uma política de governo que, com os quais eu não me revejo.

Lembro-vos, também, outra situação que é gritante e me envergonha profundamente, foi que a Assembleia da República tenha permitido que acontecesse, foi em Portugal o aborto ser prioritário até porque em Portugal não há listas de espera para o aborto, mas as mães têm os seus filhos nos percursos das maternidades, porque o registo devia ser fidedigno, porque mais de 30% das crianças deste país nascem ao km X da auto-estrada e isto se lá chegarem, porque os bombeiros têm sido verdadeiros heróis, mesmo com os cortes nos orçamentos das suas corporações, têm feito serviço de saúde pública, sem meios e grande capacidade, mas é o país que nós temos.

Temos ainda outros índices que me preocupam, falava a Dr.^a Ana Morgado do complemento solidário para idosos? Os idosos pagam os transportes para os tratamentos, os idosos não têm dinheiro para ir ao Centro de Saúde porque hoje em dia pagam os medicamentos que lhes são ministrados, como aconteceu há bem pouco tempo com base num Decreto-Lei de 1962 que foi exigido a um doente que pagasse um medicamento, quando esse medicamento nem era possível ser cobrado e foi preciso, a Ministra da Saúde vir a público esclarecer, que a cobrança feita pelo hospital não era legal. É este o país que nós temos.

Temos mais situações que de facto eu não posso deixar passar em claro.

Obras na A28? Mas uma SCUT que foi expropriada a tanta gente do nosso concelho a preços absolutamente irrisórios e era uma SCUT e agora passa a ter portagem? Qual é o louro? A obra? Mas quem é que a pagou? Não consigo perceber e isto deixa-me completamente apreensiva, porque de facto, se o Dr. Penteadó Neiva falava que “a montanha pariu um rato”, meus amigos, eu acho que o pior cego é aquele que não quer ver e isto é grave. É grave que a demagogia do Parlamento Nacional, porque, eu até percebo que as pessoas quando lá chegam percam o contacto, infelizmente a natureza é muito sábia, e uma árvore de copa grande tem sempre as raízes na terra, mas um homem grande, por vezes, é grande mas esquecesse das raízes e não se alimenta do solo, alimenta-se sim, daquilo que está abaixo dele mas não chega ao solo.

Este nosso Primeiro Ministro é um indivíduo que devia era ser internado porque ele não é de todo capaz, eu só tenho pena que ele não seja submetido a exames psicológicos e só não uso termos graves e termos médicos porque entendo que, se eu tivesse um familiar que tivesse uma doença que está muito em voga usar o nome no discurso político, seguramente ficaria triste porque sentir que se eu tivesse um filho autista era comparado a estas bestas que muitas vezes exercem o poder em Portugal. Peço desculpa se me excedi, mas é de todo impossível ouvir isto e ficar igual.

Senhor Presidente, se me permite, e o que me trazia aqui num primeiro momento era felicitar os Deputados desta Assembleia que são candidatos a Deputados da Assembleia da República porque acredito que, se fizerem uma introspecção, e com a qualidade que têm, saberão seguir o seu caminho. Mas por favor, não comunguem de disparates, porque não é por terem sido recomendados por quem vai a cima, que se pode esquecer de onde vimos e o que queremos na vida e como todos têm integridade moral suficiente e capacidade suficiente para serem melhores do que muitos que estão acima de vocês.

Orgulho-me de participar, assim como o Grupo Político do CDS/PP, de participar nesta Assembleia convosco, desejo ainda as maiores felicidades e não me esquecerei que partilhamos esta cadeira, mas não se esqueçam de onde vêm e das responsabilidades políticas assumidas neste município.”

Continuando no uso da palavra apresentou uma Recomendação que se transcreve:

Recomendação para que seja colocada sinalização vertical de estacionamento proibido e criação de lugares de estacionamento para aparcamento das viaturas das autoridades, nos arruamentos de Ofir, intervencionados recentemente pelo Polis Litoral Norte.

“O Grupo Municipal do CDS-PP de Esposende vem por este meio recomendar à Câmara Municipal, se digne diligenciar pela sinalização de estacionamento proibido nos arruamentos de Ofir, intervencionados recentemente pelo Polis Litoral Norte.

Isto porque, apesar de ser permitida a circulação em ambos os sentidos de trânsito foram colocados em toda a via toros de madeira para garantir a circulação de peões em segurança, no entanto os mesmos são intervalados em alguns metros para que em caso de engarrafamento se possa proceder a manobras de veículos, contudo, não estando colocado a sinalização vertical de proibição de estacionar os condutores que utilizam a via aproveitam esses espaços para estacionar, impedindo assim que a circulação fluída do trânsito, bem como a circulação em segurança de peões.

Mais se recomenda que sejam criados lugares de estacionamento para aparcar veículos de autoridades que actuem naquele local, como é o caso da Polícia Marítima e do Parque Natural Litoral Norte, para que os seus agentes/profissionais não se vejam forçados a ocupar os ditos intervalos para estacionar os seus veículos quando patrulham o local.

Deve por isso a Câmara Municipal com a maior urgência diligenciar no sentido da colocação da sinalização supra referida, atendendo a que com o início da época balnear prevê-se que a situação se torne caótica e insustentável, com grave prejuízo tanto para os moradores, como para os veraneantes, com repercussões imediatas para o comércio local já tão fustigado com a crise económica actualmente vivida e para quem a época balnear constitui o período de maior facturação.”

Seguidamente interveio Mário Fernandes, Presidente da Junta de Curvos e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Em Portugal, vivemos hoje uma realidade, que poucos ou ninguém mesmo desejaria, temos cá outros Senhores a governar por nós, e isto só acontece porque a governação falhou, não soube planear, prever, ou antecipar os interesses de Portugal e dos Portugueses em Portugal e no mundo.

Somos cada vez mais, um país com gritantes desigualdades sociais, com um brutal número de portugueses sem emprego, um país onde as oportunidades escasseiam, um país onde a interioridade persiste, um país que tem no desemprego o maior mal nacional da actualidade, pois está a levar à pobreza, deixando muitas pessoas e muitas famílias, sem qualquer rendimento ou com rendimentos tão baixos, que levam à falta de condições e meios de subsistência;

Um país onde as pessoas estão a perder a auto-estima e a confiança, e a não acreditar nos políticos, nem nos governantes. Mas permitam-me que lhe diga que os principais responsáveis por esta crescente desconfiança são os próprios políticos, de outra forma não veríamos políticos e governantes prometer o inconcretizável, afirmar hoje uma coisa e amanhã totalmente o seu contrário, transformar a verdade de hoje na maior mentira de amanhã, assim como afirmar que o que hoje é dado como seguro e garantido e no dia seguinte deixe de o ser; Quer se esteja no poder ou na oposição, temos que encarar a vida política como um acto social de grande importância e responsabilidade – as decisões que os políticos tomam, ou não tomam, influenciam e de que maneira, as vidas e o futuro de milhões de pessoas.

Elogia-se o papel da Comunicação Social quando esta ataca os nossos opositores e quando ridiculariza aqueles que conosco concorrem, mas se nos criticam a nós próprios já falamos numa comunicação social parcial, facciosa ou menos séria.

Deixemos cada um fazer o seu trabalho, exigindo a nós próprios aquilo que tão prontamente sabemos exigir aos outros: Profissionalismo, competência, seriedade, empenho e imparcialidade, nas acções e nas decisões.

Como foi triste ver muito recentemente os grandes grupos financeiros, decidir, ou influenciar decisivamente as decisões dos nossos governantes, como aconteceu ainda há dias, com o pedido de ajuda externa a que o governo foi sujeito.

Alguns dos políticos portugueses são hoje gestores profissionais da sua própria imagem e carreira, dos números mágicos das estatísticas, que lamentavelmente tratam o ser humano, como mais, ou menos um número, num universo de milhões.

Os jovens, ou menos jovens, que se esforçam, que estudam e que se licenciam, são hoje preteridos na procura de emprego, por terem, não poucas habilitações, mas, habilitações em excesso;

Preocupa-ma o futuro, especialmente o dos meus filhos e o de todos os outros jovens, que se vêem sem perspectivas futuras de emprego, por isso deixo aqui algumas sugestões que entendo úteis e necessárias para a saída desta estagnação, como;

Investir na fiscalização, para sejamos todos a pagar os impostos devidos, pois pagando todos, cada um de nós pagará muito menos;

Combater a economia paralela, pois segundo dados do próprio INE, existe mais de 25%, ou seja um quarto da nossa economia não é declarada e por isso está livre de impostos, minando a concorrência entre empresas e instituições;

Atribuição de pensões e reformas, unicamente por incapacidade ou por limite de idade;

Defender a Escola Pública e os diversos serviços públicos;

Limitar o número de mandatos dos Senhores Deputados, até para credibilizar a política;

Acabar com Institutos e Fundações públicas que se sobrepõe, sendo desnecessários e enormemente despesistas e gastadores;

Criar verdadeiros incentivos à inovação e à produtividade;

Proceder a uma profunda reforma no Serviço Nacional de Saúde; e no Sistema de Justiça, para que esta seja mais célere e julgue em tempo útil;

Premiar a eficiência e a produtividade, etc., etc. etc.;

Os “Mercados” esses monstros ao serviço de interesses muitas vezes obscuros, que ditam as regras, sem qualquer legitimidade (democrática) ou outra, levando os países que não souberam prepara-se nem defender-se, a pôr-se de cócoras e a pagar juros incomportáveis. Como sabemos, Portugal ainda ontem contraiu empréstimos com taxa de juro a 12%.

Os políticos tem que falar verdade aos portugueses e deixar de iludir as pessoas, prometendo-lhes soluções antagónicas e inconciliáveis. Urge actuar na criação de igualdade de oportunidades, em políticas sociais e fiscais, justas e solidárias, que protejam os mais vulneráveis e os mais desprotegidos.

É importante cativar novas pessoas para a vida e causa públicas.

Entendo que a Democracia só existe realmente quando assegura a todos, sem excepção, a possibilidade de exercerem, em absoluta plenitude, os seus direitos e deveres.

Enquanto políticos, autarcas, ou responsáveis de Instituições, devemos fazer tudo o que está ao nosso alcance para proporcionar aos nossos munícipes e fregueses, todas as condições para o exercício da sua cidadania.

E a Cidadania pode exercer-se com eficácia se os poderes instituídos disponibilizarem os instrumentos capazes para o seu exercício.

Para mim, a melhor forma de comemorar e respeitar a democracia, é criar mecanismos de consolidação de uma democracia verdadeiramente participativa.

Por isso considero que não devemos deixar cair a ideia da realização de Assembleias Municipais descentralizadas, a realizar nas várias Freguesias do nosso concelho, com o objectivo de nos aproximarmos das pessoas, para que elas venham até nós e se interessem pela causa pública.

Quero terminar esta minha intervenção com uma palavra que tem neste momento um especial significado para o nosso futuro: “Esperança”!

Esperança, porque acredito sinceramente que a nação há-de encontrar políticos capazes, competentes e realistas, que falem verdade e que ponham o interesse do país à frente de todo e qualquer outro interesse, ao contrário do que tem acontecido e se tem verificado.

É altura de sermos exigentes connosco próprios e também com os que nos rodeiam, especialmente com aqueles que se propõem governar e liderar o país, pois a concorrência e a competitividade europeia e mundial não se compadecem com a política do “deixa andar que um dia alguém há-de resolver”.

É certo e sabido, que esse dia acaba de chegar! É já hoje mesmo!!!

A responsabilidade tem que ser assumida por todos, como um desígnio nacional. E isso deve ser feito tanto na nossa acção como nas nossas opções onde se inclui a escolha daqueles que nos vão governar, usando o nosso voto como forma de premiar ou sancionar aqueles que livremente se apresentam a sufrágio. Aproveito para desejar as maiores felicidades aos vários candidatos a deputados nas próximas eleições legislativas, presentes nesta sala, a saber o Senhor engenheiro Couto dos Santos, Doutor Penteado Neiva, Doutora Ana Morgado, Doutor Manuel Carvoeiro, pedindo-lhes que defendam sempre o interesse das portuguesas e dos portugueses, nunca esquecendo as suas origens e as suas comunidades locais.

Portugal tem que se concentrar no presente, para se poder virar para o futuro, investindo na produção nacional, retomando actividades onde outrora fomos referência, aproveitar as nossas potencialidades e recursos naturais, valorizar as nossas competências e recursos humanos, retomar a confiança dos portugueses e nos portugueses.”

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo solicitado para que, na campanha eleitoral para as Eleições Legislativas, houvesse um empenho de todos, mas sobretudo, houvesse dignidade e respeito pelos adversários. Continuando disse que, só assim a política sairia dignificada. Referiu ainda que, em seu entender, se a política em Portugal está tão baixa e é tão mal vista, se deve ao mau serviço que alguns políticos prestam ao serviço da

causa pública.

Continuando, referiu que não podem aqueles que constantemente dizem mal dos políticos se colocarem de fora, uma vez que é também da responsabilidade deles a escolha e eleição dos políticos.

Seguidamente e em defesa da honra, referiu que foi uma honra para si participar durante nove anos, como Ministro, nos governos do Professor Cavaco Silva e que, gostem ou não, foi a altura em que reconhecidamente o país teve um crescimento notável e Portugal era visto, por todos, como o “bom aluno”. Referiu ainda que Portugal viveu nessa altura um dos seus melhores períodos após o 25 de Abril. Continuando, disse ainda que, em representação do Parlamento Português, se deslocou ao Parlamento Húngaro onde estavam representados todos os Parlamentos da Europa e que sentiu vergonha e uma enorme tristeza pelo que ouviu dos outros parlamentares sobre Portugal mas que, ao mesmo tempo, sentiu uma enorme vontade de lutar pelo seu país. Disse ainda que os portugueses devem ter orgulho e defender o seu país e que todos devem trabalhar, serem sérios e honestos e defender aquilo que é a nossa pátria porque nós somos o país mais antigo da Europa.

---Sendo vinte e duas horas e quinze minutos, por proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, foram os trabalhos interrompidos, tendo sido retomados pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos altura em que se verificava a presença de todos os membros que estavam presentes antes da interrupção dos trabalhos. -----

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO DE MATOS, SOGRO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELINHO. ----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ANTÓNIO DE MATOS, SOGRO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA JUNTA DE FREGUESIA DE BELINHO. MAIS DELIBEROU DAR CONTA DESTE VOTO DE PESAR À RESPECTIVA FAMÍLIA.

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE ADOPTE MEDIDAS TENDENTES À DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NOSSO CONCELHO E INCENTIVO AO CULTIVO DE TERRENOS ABANDONADOS. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA.

3 - PROPOSTA PARA QUE SEJA SOLICITADA COM BREVIDADE TODA A INFORMAÇÃO RELEVANTE SOBRE A INSTALAÇÃO DE LINHAS DE ALTA TENSÃO NO CONCELHO DE ESPOSENDE, PROCEDER AO SEU ESTUDO E IMPEDIR A INSTALAÇÃO DAS MESMAS. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A PROPOSTA APRESENTADA.

O Presidente da Junta de Freguesia de Curvos apresentou a seguinte declaração de voto:
“Considerando que enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, ao ter conhecimento deste assunto o divulguei aos Membros da Assembleia de Freguesia de Curvos e dele dei conhecimento à Câmara Municipal de Esposende e à Esposende Ambiente a quem pedi colaboração, no sentido de poder formar uma opinião sustentada, e porque estas Entidades se encontram a analisar o processo, conforme conhecimento que me deram, com vista à emissão de pareceres técnicos, não me parece de todo ser este o momento para aprovar esta proposta, pois não tenho ainda elementos suficientes para tomar uma posição. Considero portanto esta proposta extemporânea e por isso votei contra.”

O Grupo Político do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:
“No seguimento da declaração de voto do senhor Mário Fernandes, Presidente da Junta de Curvos, sabemos que a Câmara Municipal está a diligenciar no sentido de saber informações sobre o assunto, pelo que votamos contra a proposta apresentada.”

4 - RECOMENDAÇÃO PARA QUE SEJA COLOCADA SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ESTACIONAMENTO PROIBIDO E CRIAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA APARCAMENTO DAS VIATURAS DAS AUTORIDADES, NOS ARRUAMENTOS DE OFIR, INTERVENCIONADOS RECENTEMENTE PELO POLIS LITORAL NORTE. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo referido que sobre a sua informação escrita estaria disponível para esclarecer sobre eventuais questões possam ser colocadas pelos senhores Deputados.

Continuando, fez um apelo a todos os partidos políticos para que, antes de prepararem e apresentarem propostas e recomendações à Câmara Municipal nas sessões da Assembleia Municipal, recolhessem informação junto da Câmara Municipal, uma vez que, na maioria dos casos, se assim o fizerem, perceberão que a apresentação de algumas proposta e recomendações não farão sentido, uma vez que já estarão fora de tempo.

Continuando no uso da palavra fez ainda um outro apelo para que nas intervenções, para além do respeito pelos adversários políticos e pela elevação no discurso, também não se desvirtuassem as questões, nomeadamente e referindo-se concretamente à intervenção da Dr.^a Ana Morgado, para que esta fosse mais rigorosa, uma vez que apresentou como mérito do governo a construção dos Centros Escolares no concelho de Esposende. Disse ainda que e para que ficasse claro, a construção dos Centros Escolares não se deveu a mérito do governo, uma vez que as obras serão pagas na sua totalidade com fundos comunitários e com dinheiro da

Câmara Municipal.

Continuando a questão dos Centros Escolares, referiu que entende ser uma vergonha o que está a passar neste momento em Portugal com a construção dos Centros Escolares, uma vez que, o governo, para além de não contribuir nas despesas da construção ainda ganha dinheiro com os Centros Escolares. Deu como exemplo o Centro Escolar de Fão, referindo que a Câmara Municipal irá pagar no final da obra cerca de noventa mil euros de IVA e que esse dinheiro será uma receita para Estado

Continuando no uso da palavra, disse que e sobre a questão levantada pela Dr.^a Ana Morgado sobre o estacionamento dos senhores Juizes junto ao Tribunal de Esposende, entender a posição da Dr.^a Ana Morgado que, pela sua actividade e profissão tenha a necessidade de ser simpática para com os senhores Juizes. Continuando, explicou que durante vários anos o Tribunal de Esposende teve doze lugares de estacionamento reservado e que eram usados por toda a gente do Tribunal e que nunca foi, por esses lugares, cobrado pela Câmara Municipal, qualquer valor, até porque, o anterior regulamento de taxas isentava os Organismos do Estado do pagamento de taxas. Contudo, a Câmara Municipal na última alteração ao regulamento, acabou com essa isenção porque entendeu que se as empresas pagam, se os municípios pagam os Organismos do Estado também o devem pagar e que, não se lembra de alguém na Assembleia ter levantado tal questão. Continuando disse que a Câmara Municipal teve a preocupação de, junto do Tribunal de Esposende, avisar e informar que se tinham alterado as circunstâncias e que, nesse contacto foi questionado se estariam interessados em manter os lugares de estacionamento reservado. Informou que a resposta do Tribunal de Esposende foi que, uma vez que haveria lugar ao pagamento de taxas iriam prescindir dos lugares de estacionamento reservado. E na altura não colocaram qualquer questão sobre a necessidade dos senhores Juizes terem as necessidades apontadas, nomeadamente a segurança do transporte de processos pelo que, caberá agora ao Ministério da Justiça a decisão sobre o eventual interesse nos lugares de estacionamento reservado, e que a decisão não cabe aos Juizes de uma forma autónoma, tomar este tipo de decisões.

Continuando e sobre a intervenção do Dr. Carvoeiro, disse não entender a questão novamente colocada sobre a venda de património à Esposende Ambiente e da sua eventual privatização, uma vez que entende, ter ficado bem esclarecida essa questão na última sessão da Assembleia Municipal, tendo seguidamente sugerido ao Dr. Carvoeiro que constantemente dá como exemplo as autarquias comunistas, fizesse uma visita às Águas Públicas do Alentejo, que é uma empresa multi-municipal, onde se encontram integrados vários municípios sendo que um município é do PSD, dez são do PS e dez são da CDU, pelo que, não entender que o Dr. Carvoeiro esteja constantemente a acusar a Câmara de Esposende de aderir a estes grandes sistemas, mas que, afinal as autarquias comunistas aderiram muito mais rapidamente.

Sobre a questão da estrada nacional 13, disse que para algumas pessoas, a defesa do interesse público é fazer grandes intervenções nos tais palcos, mesmo que esses palcos sejam a tribuna da Assembleia Municipal, mas que, há quem trabalhe todos os dias e esteja no terreno para resolver os problemas. Disse ser uma grande injustiça, colocar em causa o empenho e dedicação das Juntas de Freguesia na resolução deste problema. Seguidamente disse que o problema da estrada nacional 13 tem uma explicação simples, tendo referido que houve uma intervenção para instalação de uma conduta do interceptor do saneamento, intervenção essa que não foi feita pela Esposende Ambiente, mas sim pelas Águas do Ave. Continuando referiu que na realização da intervenção a empresa responsável deparou-se com uma grande dificuldade na consistência do solo, que abateu diversas vezes, pelo que foi necessário a

realização de testes rigorosos sobre a razão dos abatimentos do solo. Como conclusão dos testes realizados, foi entendimento que haveria a necessidade de deixar ficar o piso durante alguns meses para que fosse resolvida a questão do abatimento dos solos e só depois fosse feita a intervenção definitiva. Disse ainda que, relativamente à solução final, já se encontra a decorrer, encontrando-se na sua fase final, um concurso para a empreitada para repavimentação daquele troço da estrada nacional 13.

Continuando e sobre a questão levantada relativamente à REN, disse não haver qualquer projecto, e que, a REN unicamente está a solicitar junto das Juntas de Freguesia e Autarquias abrangidas por estas linhas, para que remetam todos os dados que entenderem ser importantes como plantas de condicionantes, o PDM, a localização de património natural que deva ser preservado, projectos que os municípios tenha para executar nas zonas onde hipoteticamente as linhas irão passar, para que, e perante todos os dados, a REN possa desenvolver um estudo prévio que será posteriormente colocado à apreciação dos municípios e das juntas de freguesia bem como respectiva discussão pública.

Seguidamente usou da palavra Ana Morgado tendo referido que, e em defesa da honra, gostaria de dizer que o senhor Presidente da Câmara insinuou que ela estaria a defender os Magistrados por ser advogada. Contudo, apenas foi sua intenção alertar para um problema efectivo e não colaborar em corporativismos.

Usou da palavra Manuel Enes tendo questionado se no Programa URBI está ou não previsto a deslocalização do Mercado Municipal e em caso afirmativo, onde seria a nova localização, uma vez que o actual local é um excelente ponto de comércio durante o fim-de-semana.

Seguidamente questionou sobre um subsídio atribuído ao Futebol Clube de Fão para a construção de equipamentos e que gostaria de ser informado sobre quais seriam esses equipamentos e os prazos para a sua construção.

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro solicitando mais informação relativa projecto e aos protocolos celebrados entre as escolas e o município de Esposende para apoio psicológico.

Usou da palavra seguidamente Berta Viana tendo felicitado a Câmara Municipal pela criação do Gabinete Municipal de Apoio à Vitima, tendo seguidamente questionado sobre a qual a forma que estava a ser utilizada para divulgação daquele Gabinete bem como do seu horário de funcionamento, uma vez que, entende e sugeriu que a sua divulgação deveria passar também pela distribuição de “flyers” em locais que não estejam associados à violência doméstica, uma vez que uma vítima de violência domestica fica extremamente fragilizada por ter que ir buscar informação a um local que é conotado com a protecção da vitima, apresentando como solução a distribuição dos referidos “flyers” em cafés, nos infantários, nas escolas e mesmo nas Igrejas. Continuando no uso da palavra referiu que foi com satisfação que soube da remodelação do portal do turismo, mas que, também deixava uma sugestão para que fossem colocadas e distribuídas brochuras alusivas ao portal nas unidades hoteleiras e de lazer do concelho para que o turista tivesse acesso a toda a informação.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal tendo dito que aquando da preparação do Programa URBI, havia de facto a intenção de se proceder à

construção de um novo mercado municipal junto do novo recinto da feira. Disse ainda que depois de várias conversas e estudado melhor o assunto, e percebendo a importância daquele equipamento quer pela sua dinâmica na perspectiva económica bem como a sua localização, optou a Câmara Municipal pela requalificação e modernização do actual mercado.

Continuando e sobre o apoio ao projecto da Zona Desportiva de Fão, informou que o apoio é ao projecto, que foi declarado por unanimidade de interesse municipal, quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal e que não mereceu qualquer tipo de contestação relativamente ao seu interesse para o município, disse ainda que o que está previsto no contrato programa a celebrar com o clube, é conceder um apoio para a sua execução a três anos, sendo que o critério, que é conhecido por todos, na construção ou melhorias nos equipamentos desportivos é de cinquenta por cento de apoio por parte da autarquia. Disse ainda que qualquer clube ou associação que queira apresentar ou desenvolver um projecto desta vertente, a Câmara Municipal estará disponível para participar nos mesmos moldes. Continuando, referiu que gostaria de saber se por parte das bancadas e dos grupos políticos concordam ou não com este apoio que a Câmara Municipal possa dar a este projecto.

Seguidamente e referindo-se ao estacionamento pago no Largo Dr. Fonseca Lima, informou que foi presente em reunião de Câmara uma proposta de alteração ao regulamento de taxas para permitir a cobrança de estacionamento temporário, uma vez que aquando do projecto foi projectado a criação de doze lugares de estacionamento de apoio ao comércio e aos serviços e só se conseguirá ter esses lugares de estacionamento para apoio ao comércio e serviços se o mesmo for condicionado, caso contrário, e como referiu, para não outros exemplos, continuará a acontecer o que se verifica hoje, que é os funcionários da Câmara ao chegarem de manhã utilizarem aqueles lugares ficando os mesmos ocupados durante todo o dia. Disse ainda que a proposta de alteração e que será presente à Assembleia para aprovação, é exclusiva para a criação dos referidos lugares de estacionamento.

Continuando no uso da palavra e respondendo à questão colocada por Manuel Carvoeiro, referiu que os protocolos assinados com os quatro agrupamentos de escolas têm como objecto a deslocação de um psicólogo dos quadros da Câmara se desloque uma tarde por semana à sede de cada um dos quatro agrupamentos ou mesmo, havendo necessidade, se deslocará às escolas onde fará o atendimento dos alunos, evitando assim a deslocação dos alunos que pretendam ou necessitem de apoio psicológico.

Sobre a questão levantada sobre o Gabinete de Apoio à Vitima disse esperar que o mesmo seja, quando necessário, muito procurado, mas que espera também que o mesmo seja o menos usado possível porque isso seria um bom sinal. Informou ainda que a Câmara já iniciou juntos da comunicação social e dos parceiros privilegiados, nomeadamente as instituições e as forças de segurança, à sua divulgação. Contudo, é seu entendimento que todas as sugestões no sentido de uma melhor divulgação, serão bem vindas.

Seguidamente e referindo-se ao portal do turismo, disse que os resultados de visitas no primeiro mês foram extraordinários, uma vez que houveram milhares de acessos e esses mesmos acessos vieram das várias partes do mundo o que, por si só, é já um bom sinal.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2011 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de Fevereiro de 2011 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 29 VOTOS A FAVOR E 4 ABSTENÇÕES, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Verificaram-se as abstenções das senhoras deputadas Berta Viana e Ana Morgado e dos senhores Alfredo Cepa e Jorge Silva, por, conforme declararam, não terem estado presentes. ---

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.03 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – XIX CONGRESSO – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

Foi presente em sessão ofício da ANMP - Associação Nacional de Município Portugueses onde é solicitado que, a Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto, também Presidente de Junta, que representará todas as Juntas de Freguesia do Concelho no referido congresso. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Foi apresentada, pelo Partido Social Democrata, uma lista tendo como representante a designar o Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas, Aurélio Mariz Neiva e como substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, Mário Ferreira Fernandes.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, APROVAR A PROPOSTA, TENDO-SE VERIFICADO OS SEGUINTE RESULTADOS: 23 VOTOS A FAVOR, 8 ABSTENÇÕES E 2 VOTOS EM BRANCO. -----

03.04 – ALTERAÇÃO À POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE PALMEIRA DE FARO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 03 de Março de 2011, solicita à Assembleia Municipal que aprove a versão final da

postura de trânsito da freguesia de Palmeira de Faro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 30 VOTOS A FAVOR E 3 ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE PALMEIRA DE FARO. -----

Verificaram-se as abstenções dos 3 deputados do Grupo Político do CDS/PP.

03.05 – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE FÃO – 2.ª FASE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE LOCAL – PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 12 de Abril de 2011, solicita à Assembleia Municipal que declare o interesse local da requalificação da Zona Ribeirinha de Fão – 2.ª Fase. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara tendo explicado e apresentado através de suporte de imagem, o projecto de Requalificação da Zona Ribeirinha de Fão.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR O INTERESSE LOCAL DA REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA DE FÃO – 2.ª FASE. -----

03.06 – CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL, DISTRIBUIÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA – PROPOSTA DE RENOVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 24 de Março de 2011, solicita à Assembleia Municipal que autorize o Município de Esposende a renovar, pelo período de cinco anos, o contrato de concessão dos serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos a destino final, Distribuição, Manutenção e Substituição de Contentores e Limpeza Urbana. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara tendo explicado que o contrato agora apresentado foi assinado em 1997 com a empresa SERURB, que mais tarde passou a SUMA, e a sua concessão foi feita por um período de 15 anos e que terminará em 2012. Disse ainda que para um novo concurso público, a Câmara Municipal teria que iniciar o seu procedimento o mais rapidamente possível uma vez que se

trata de um processo muito complicado e moroso. Continuando referiu que uma vez que o contrato termina em 2012, caberia a este executivo, não só lançar o concurso como também a sua adjudicação o que iria comprometer o próximo executivo por um período nunca inferior a 15 anos. Disse ainda que o actual contrato tem a possibilidade de ser prorrogado por um mais 5 anos e como tal e pelo que anteriormente referiu, seria esta a proposta da Câmara Municipal. Referiu ainda que há outras razões que levam a Câmara Municipal a propor esta solução, nomeadamente a razão já invocada, a de comprometer o próximo executivo com um contrato de 15 anos, sendo que, o executivo seguinte terá, desta forma, a possibilidade de lançar um novo concurso e escolher os moldes do mesmo. Disse ainda que outra razão é o grau de satisfação do serviço prestado pela empresa. Continuando, disse também que avançar neste momento para uma nova concessão seria um risco, uma vez que, perante a situação actual do país, qualquer concurso que se faça aparecerão dezenas de empresas a concurso e que seria até de salutar a concorrência, contudo, entende que face à situação actual do mercado em que aparecem empresas com propostas e valores absolutamente absurdos que depois se reflecte na qualidade do serviço prestado. Informou ainda que houve, há cerca de quatro anos, uma avaliação relativa ao equilíbrio da concessão, avaliação que está prevista na Lei, onde a Câmara Municipal e a Suma nomearam os seus peritos para avaliação do equilíbrio da concessão e chegaram ao entendimento que deveria haver o pagamento por parte da Câmara Municipal, para o equilíbrio da concessão, de um valor de duzentos e treze mil e quatrocentos e trinta e dois euros, mas que esse valor nunca foi pago, tendo ficado essa factura para uma eventual negociação da renovação do contrato.

Seguidamente interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, tendo referido que tinha algumas dúvidas sobre a proposta agora apresentada mas que e apesar das explicações do senhor Presidente da Câmara, não foram as mesmas debeladas. Disse ainda que não entendeu muito bem qual a razão da Câmara ainda não ter pago a factura reportada a Junho de 2007 e que não entender a razão da Câmara não optar por um novo concurso, porque só assim se dinamizaria o mercado empresarial. Continuando disse que, e apesar do respeito que têm pela senhora Eng.^a Alexandra Roeger, a sua argumentação no parecer técnico apresentado é muito vago até porque a senhora Eng.^a Alexandra Roeger desconhece eventuais propostas de outras empresas sobre a matéria e se limita a operar em meras suposições. Continuando disse que a Câmara Municipal deveria ter enviado os estudos de opinião referidos pelo senhor Presidente.

Usou da palavra Ana Morgado, do Grupo político do PS, tendo referido que, tal como anteriormente fora referido pelo Deputado Manuel Carvoeiro, também não entendeu a razão de não ter sido paga a factura que se encontra por liquidar e porquê deixar acumular-se quase seis mil euros de juros. Continuando disse que o ponto três da proposta da empresa deixa a dúvida que perante esta condicionante, a Câmara fica com pouca margem negocial. Continuando referiu também que, sem querer por em causa a capacidade da senhora Presidente do Concelho de Administração da Esposende Ambiente, estranhar a pobreza de explicações do parecer apresentado.

Continuando referiu que, em seu entender, um argumento válido para a opção de prorrogar o contrato, seria explicar como se chega à conclusão que os custos do serviço prestados por esta empresa são os menores do mercado garantindo qualidade. Disse também que o que foi apresentado foram desculpas para evitar um concurso público e que entende serem estes, uma chatice, mas é também, em seu entender, a forma correcta de adjudicar um serviço desta

natureza.

Seguidamente usou da palavra Berta Viana, do Grupo Político do CDS/PP, tendo solicitado ao senhor Presidente uma explicação para o não pagamento da factura que se encontra por liquidar, uma vez que, para além desta poderão haver outras que estão em incumprimento e dá ideia que existe um diferendo entre a Câmara e a empresa. Continuando disse corroborar com as anteriores intervenções sobre este assunto e que é seu entender que a opção do lançamento de um concurso público até dinamizaria o mercado. Disse ainda que o parecer técnico apresentado, lhe transmite eventualmente a ideia de haver preferência por esta empresa.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que a opção de uma explicação sólida por parte da Câmara, acaba por ser contra produtor. Continuando disse que como explicação sobre o presente assunto bastaria que fosse dito que a Câmara Municipal tem um contrato de concessão com uma empresa que presta um excelente serviço e tendo a oportunidade de o renovar pelo período de cinco anos, seria essa a proposta apresentada, uma vez que todas após todas as explicações prestadas sobre o assunto, ficou com a ideia de estas terem gerado uma grande confusão.

Seguidamente e respondendo à intervenção da Deputada Ana Morgado, disse que discute opções políticas, mas não admite a ninguém que deixe insinuações relativamente à sua seriedade. Disse ainda que não existe mais nenhuma factura entre a Câmara e a empresa SUMA e que os pagamentos estão todos em dia.

Continuando disse que a proposta da Câmara se resumia à renovação do contrato por mais cinco anos, com uma empresa que faz um serviço de excelente qualidade há cerca de doze anos e que com esta renovação a Câmara tem a possibilidade de renovar um contrato com tarifas que foram fixadas há treze anos.

Seguidamente e em defesa da honra, usou da palavra Ana Morgado tendo referido que a sua postura na Assembleia nunca passou por ataques pessoais, nem tão pouco na sua intervenção pretendeu atacar alguém, pelo que entende ter sido interpretada de uma forma errada.

Colocado o assunto à votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR E 10 VOTOS CONTRA, APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM, AUTORIZAR O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE A RENOVAR O CONTRATO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL, DISTRIBUIÇÃO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA PELO PERÍODO DE 5 ANOS. -----

Votaram a favor os 20 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados independente, num total de 23 e votaram contra os 6 deputados do Grupo Político do PS, os 3 deputados do Grupo Político CDS/PP e o deputado da CDU, num total de 10. -----

O Grupo Político do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra a proposta de renovação do contrato de concessão dos serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos a destino final, distribuição, manutenção e substituição de

contentores e limpeza urbana, porque se estranha o facto de existir uma factura datada de Junho de 2007, no valor de 213.432,42€, que não foi paga e cujo perdão dos juros a adjudicatária usa como argumento para que o contrato seja renovado, e ainda porque, o parecer da Senhora Presidente do Conselho de Administração da Esposende Ambiente não apresenta quaisquer fundamentos minimamente credíveis para aceitarmos que evitar um novo concurso público seja a melhor solução para o município. Ou seja, não ficou demonstrado inequivocamente que a opção de renovar este contrato seja a solução que mais beneficia a população deste Concelho.”

03.07 – CÂMARA MUNICIPAL – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2010 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão o relatório de prestação de Contas da Câmara Municipal, respeitante ao ano de dois mil e dez. Está junto o seguinte despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de dezoito de Abril de dois mil e onze:

“De acordo com o que decorre do preceituado no artº 53º/2 c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, apreciar e votar os documentos de prestação de contas, apreciação esta que, conexcionada com o disposto no artº 49º do mesmo diploma, terá que ocorrer na sessão de Abril daquele órgão deliberativo.

A competência para elaborar e aprovar o relatório de Actividades e os Documentos de Prestação de Contas é cometida à Câmara Municipal, como decorre do disposto no artº 64º/2 e) do mesmo diploma legal acima indicado, contudo, o artº 65º/1, também do mesmo texto legal, permite que a competência em apreço seja delegada pelo órgão executivo no seu presidente, o que veio a ocorrer, como consta de deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 16 de Janeiro de 2002.

Assim, no uso de competência delegada, APROVO o relatório de Actividades e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal referentes ao ano de 2010, tudo conforme documentos em anexo.

Mais determino que os mesmos sejam remetidos à Assembleia Municipal para o normal exercício, por parte desta, da competência já acima referida, proponde-se àquele órgão deliberativo que, para cumprimento do estabelecido no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54 – A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL – aprove o Resultado Líquido do Exercício, pelo valor positivo de 729.436,92 € (Setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

a) Reservas Legais - € 36.471,85 (5%)

b) Reservas Livres - € 692.965,07 (95%)”. Segue-se data e assinatura. Fica arquivada cópia da presente proposta e seus documentos anexos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito: -----

Interveio Albino Neiva, em representação do Grupo Político do PSD e cuja intervenção vai ser transcrita:

“A competência para elaborar e aprovar o Relatório de Actividades e os Documentos de

Prestação de Contas é cometida à Câmara Municipal, como decorre do disposto na Lei. No entanto compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, apreciar e votar esses documentos de prestação de contas do exercício de 2010.

O Documento é exaustivo e permite-nos um reconhecimento profundo da vida da Autarquia esposendense desde a sua Estrutura Orgânica, Recursos Humanos, a sua acção na Área da Qualidade e Ambiente e, naturalmente apresentou-nos um capítulo detalhado e esclarecedor e acima de tudo transparente sobre a Análise Financeira e Económica do Município esposendense – prática bem diferente da utilizada pelo Governo Socialista e pelo seu Primeiro Ministro Eng.º Sócrates. A transparência aliás, nestes documentos, é fundamental para que os próprios munícipes possam acompanhar a forma como se gere a coisa pública.

Não queremos, nem desejamos que o nosso Município espelhe a má imagem do Governo – a sua política desastrosa nestes últimos 6 anos e que nos conduziu à banca rota e ao descrédito internacional.

Felicitemos, por isso, o Executivo Municipal na pessoa do seu Presidente, pela forma como nos apresenta as contas garantindo-nos de que não é necessário rever, quase que de hora em hora, o deficit, a correcção de contas, e confessar que, afinal escondeu informações relevantes, dando a imagem pública de que somos governados por maus alunos que só se safaram eleitoralmente fazendo batota.

Aliás é o próprio Relatório da Sociedade de revisores Oficiais de Contas quem afirma ser este “Relatório de Gestão suficientemente esclarecedor da evolução da actividade e da situação do Município, evidenciando os aspectos mais significativos” e mais contrariamente à prática do governo português, soube este Executivo prestar todas as informações e declarações aos respectivos auditores possibilitando-lhes verificar que estavam efectivamente registados “todos os activos e todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes”.

Caros Deputados Municipais os números são claros e transparentes.

Apesar do agravamento da crise económica e financeira e dos cortes nas transferências de verbas da Administração Central para as autarquias a receita corrente teve uma execução de 15,5 milhões de euros evidenciando uma variação com a dotação inicial de mais de 1,1 milhões de euros o que corresponde a uma execução que ultrapassa os 108% e que face a 2009 corresponde a um aumento de 1,4 milhões de euros pese embora a diminuição em cerca de 17% dos Impostos Indirectos e Taxas Municipais e que tem a ver com a diminuição essencialmente das taxas urbanísticas.

Quanto à despesa corrente cifrou-se em 12,5 milhões de euros tendo uma variação de menos 1,8 milhões de euros em relação a 2009 o que é de felicitar o executivo por este esforço em diminuir as correntes e dessa forma fazer de Esposende um município saudável, em termos financeiros, e sem o futuro penhorado. O próprio endividamento está aquém do limite máximo e só atinge os valores apresentados devido ao esforço do município na prossecução do programa POLIS.

A avaliação sobre o ano de 2010 no âmbito financeiro e económico é, por isso, mais que positiva e os resultados apresentados pelo Executivo Municipal atestam que houve uma preocupação em reduzir gastos com pessoal, com a aquisição de bens e serviços e uma forte contenção, de forma geral em todas as despesas estruturais.

Face ao exposto e atendendo ao parecer dimanado dos Auditores, o grupo político do PSD aprova, sem reservas, o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 assim como a proposta apresentada para aplicação do resultado líquido do

exercício no valor de 730 mil euros.”

Seguidamente interveio Orlando Rua, em representação do Grupo Político do PS e cuja intervenção vai ser transcrita:

“É esta Assembleia Municipal chamada a pronunciar-se sobre a actividade municipal referente ao ano de 2010 expressa nos respectivos documentos de prestação de contas.

Para podermos emitir uma opinião fundamentada sobre tais documentos, que consubstanciam as contas de gerência do referido exercício, temos, obviamente, de os comparar e confrontar com as Grandes Opções do Plano e Orçamento que em devido tempo esta Assembleia aprovou, embora se bem se recordarão, com o voto contra da bancada do Partido Socialista.

Falemos do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2010.

Tendo como horizonte o ano em crise, quedou-se pelos 50% a execução deste plano e não nos cerca de 61% com que nos brindou o digníssimo executivo.

Façamos as contas: a execução do ano de 2010, pelos valores apresentados, saldou-se em 9.256.664€, valor este que comete a imprecisão temporal dos factos efectivamente realizados, pois são analisados à luz de obrigações e compromissos assumidos em anos anteriores. Ora tendo em consideração que foram incluídos, pensando numa execução plurianual, valores referentes aos projectos/acções previstos para os anos de 2008 e 2009, para além dos de 2010, a afectação final da execução deste ultimo ano fica desde logo agregada a um valor que em rigor deve ser visto de uma forma analítica.

Por isso, a realização plurianual ficou-se pelos 61% e a realização do ano de 2010 em 50%.

Fazendo uma analogia, estando próximo das provas de aferição para o ensino superior dos nossos distintos alunos, sempre dirão os mesmos “ufff” desta vez consegui ultrapassar o estigma do incumprimento, leia-se reprovação!

Mas o distinto executivo usa os valores a seu belo prazer, tendo planeado o orçamento com o virtuosismo que se lhe reconhece, “impondo” agora nas suas contas de gerência caminhos de analise que, uma vez “analisados”, estão longe daquilo a que se propuseram.

Senão vejamos:

Contente com os 50% de execução do plano, mais contente fica com a de execução do seu orçamento.

Se no exemplo que referimos se encontra um desvio (virtual ou não, dependendo da perspectiva dual na leitura efectuada em contraponto com o real), no caso do orçamentado para a receita, ai, então o virtuosismo do executivo merece palmas, atingindo o seu auge, porque presenteou-nos com uma execução de 0,13% no que respeito diz as “Vendas de bens de investimento”.

É que, num momento em que tanto se fala de crise, de transparência e de rigor, presumir uma receita com uma margem de execução, repito, de 0,13% torna o mentor de tal presunção, no mínimo, merecedor da nossa compreensão e atenção para que não volte a repetir tal façanha.

O que pode parecer um mero erro de previsão, para os mais desatentos, a verdade e que tal não passa de um mero expediente para fazer com que os valores orçamentados não tenham desequilíbrios, “engordando-os” para os discursos de ocasião.

Esta técnica, bem merece o nosso mais profundo repudio e a sua repetição merecerá, estamos em crer, uma resposta de quem melhor do que nós ditara o futuro do município: os esposendenses.

Importa ainda reflectir, e todos nós o devemos fazer, sobre a forma como o município capta os meios para financiar os investimentos programados.

Entre 2007 e 2010, as nossas receitas extraordinárias recorrendo à captação de fundos comunitários para participação em projectos co-financiados, registaram um decréscimo de 42% (86% em 2007 face a 44% em 2010).

O endividamento do erário municipal, recorrendo a capitais alheios, tem vindo a agravar-se, criando uma elevada dependência do sector bancário que, no ano de 2010, representa cerca de 11.200.000 euros.

Ora, sem descurar o que são as necessidades do município e de todos quantos dia-a-dia sentem essas necessidades, impõe-se um maior rigor quer nos investimentos a realizar, quer nas fontes de financiamento para tais realizações.

Que não se enganem a si próprios os que pensam que somos contra os investimentos e o necessário endividamento para os mesmos. Somos contra é investimentos que não melhoram a qualidade de vida dos nossos municípios e que se tornam improdutivos para a função que lhe coube em sorte!

Uma identificação criteriosa das necessidades, uma quantificação rigorosa dos meios disponíveis e estaremos perante uma actuação que nos levará a todos a fazer mais e melhor pela nossa terra, sem descurar aqueles que mais a nos recorrem.

Mas, nem tudo ficou aquém das expectativas. Na verdade a execução do orçamento da receita foi boa para os tempos correntes (78%).

Só que, desta “boa” execução, os que mais sofreram para tal, foram as famílias que viram seu rendimento per capita diminuir, tendo esta diminuição se estendido também às empresas.

Em qualquer dos casos, o poder de compra real diminuiu, tendo em conta a forma de “angariar” tal execução: impostos directos (IMI, IUC, IMT, etc) taxas, multas e outras penalidades. Tudo a onerar famílias e empresas, sem esquecer a “brutalidade” do aumento da factura da água que nós povo bem sentimos...

Já a execução do orçamento para a despesa saldou-se em cerca de 77%.

Que dizer mais do que o facto da maioria da despesa se inserir numa afectação que não tem a ver directamente com o grau de crescimento económico, ou seja, esta não acompanha na proporção do crescimento que se deseja.

Portanto, no domínio orçamental, de uma forma geral, verificou-se uma degradação dos indicadores base.

Passemos agora a análise do Relatório de Gestão de 2010.

Face à descrição da actividade municipal que ao distinto executivo pareceu de maior relevância, nada encontramos ou destacamos de relevante para o desenvolvimento económico e social do município.

Seguem-se alguns indicadores e rácios de actividade que enriquecem e facilitam de algum modo a apreciação de alguns dos seus itens.

A evolução do passivo (dívidas a terceiros de M/LP e C/P a instituições de crédito, fornecedores, estado e outros entres públicos e outros credores) agravou-se face ao exercício de 2009 em 10%, acendendo em 31-12-2010 a cerca de 15.000.000 euros. Em contraponto com o ano de 2007 em que o valor se saldava em cerca de 11.000.000 euros.

Pode e deve tirar-se a conclusão de que estamos perante um “CRESCIMENTO” da dívida de cerca de 27% em tal período, ao qual corresponde uma diminuição idêntica da capacidade do município em cumprir com os compromissos que vai assumindo.

A grandeza do passivo para um município da dimensão do de Esposende é indiciador de um claro desequilíbrio de tesouraria e significativa de má e insuficiente gestão das finanças municipais.

Para tal basta atender ao indicador de liquidez geral, o qual se refere a capacidade do município solver os seus compromissos de curto prazo, apresentado este um valor bastante aquém do desejável (47%). Significa isto que a Câmara Municipal tem apenas capacidade para pagar cerca de metade daquilo que deve.

Mas, depois do que aqui se disse, importa citar o Relatório “Certificação Legal de Contas” da SROC, que diz, no seu ponto 8:

“No balanço a conta “Provisões para riscos e encargos” evidencia o valor de € 1.000.000,00. Dado que não nos foi possível quantificar o valor associado aos processos judiciais em curso, bem como outros riscos e encargos, não podemos formar opinião sobre a adequação deste montante.” sic.

Perante isto, que dizer a não ser que:

- Há nas contas apresentadas pelo executivo situações que se não conseguem identificar;*
- Há, uma entidade independente e idónea que conclui com RESERVA a sua incapacidade de auditar a verba em apreço.*

Em nome do rigor e da transparência não deixará o digníssimo executivo para nos dar de viva voz cabal esclarecimento do que estamos a analisar. Ao fazê-lo ficaremos todos, inclusive a SROC, perfeitamente cientes da pertinência que o executivo coloca nas suas decisões e acções de gestão do município.

Uma coisa é certa, este executivo tem-se limitado à prática de uma gestão corrente, sem conseguir criar uma dinâmica de desenvolvimento económico e social, desenvolvimento esse que deveria ser discutido, planificado e executado no médio e longo prazo.

O argumento base de que as finanças municipais foram afectadas pelos cortes nas transferências para a Administração Local não colhe, somente justifica parte dos resultados apresentados... Tiveram influência na performance do ano de 2010? Claro que sim, mas não podemos ilibar o digníssimo executivo pelo facto de este ter sido mais um ano a marcar passo...

Se mais não bastasse para formarmos a nossa decisão de voto, o que acabamos de dizer, faz com que desde logo formemos uma opinião de votarmos contra os documentos de prestação de contas do ano de 2010, permitindo liberdade de voto aos nossos Presidentes de Junta.

Não o fazemos de forma leviana, mas apenas e tão só porque acreditamos que é a melhor forma de contrariar as práticas, as más praticas, que recorrentemente o distinto executivo utiliza.

Face ao exposto, urge esclarecer algumas situações dúbias, pelo que solicitamos que o digníssimo executivo, nesta sessão da Assembleia Municipal, responda às seguintes questões:

- 1. Qual o valor global dos processos judiciais e demais riscos e encargos que levou a constituição de “Provisões para riscos e encargos” no montante de 1.000.000,00 euros?*
- 2. Porque razão o ROC não teve acesso ao valor anteriormente referido para que pudesse auditar a conta de provisões?*
- 3. Encontrava-se orçada a transferência de uma receita de 12.000 euros proveniente da Aguas do Noroeste, SA. Porque razão ocorreu uma transferência de 1.000.000 euros?!*
- 4. O valor recebido da Aguas do Noroeste, SA tem alguma relação com a provisão constituída?*

5. A Câmara Municipal tem uma dívida de 543.821,54 euros a EAmb, tendo contudo, procedido a uma transferência de 961.049,26 euros. i) Qual a natureza da dívida a EAmb? ii) Face ao descrito, afinal qual é o saldo da conta corrente com a EAmb (devedor ou credor)?
6. A Câmara Municipal ainda detém a participação social de 700.000 euros no capital da Águas do Noroeste, SA, conforme é referido na página 4 do Relatório de Gestão? Ou procedeu a sua alienação como se pode inferir pela diminuição expressa nos movimentos ocorridos na conta “Partes de capital” do anexo às demonstrações financeiras?”

Intervenção seguida de Manuel Carvoeiro, em representação do Grupo Político da CDU e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Numa Câmara que implementou um Sistema de Gestão Ambiental, afigura-se estranho e, até, contraditório, o aumento do consumo de energia eléctrica e de combustíveis. Então, nunca foi equacionado o recurso a outras fontes alternativas de energia (e.g. energia solar)?

Continuamos a assistir, numa lógica de replicação das execuções anteriores, a baixa taxa de execução no que concerne a despesas de capital. Dos 6.646.664,00 euros, apenas se executaram 2.997.528,68 euros (-3.649.135,32 euros). 45% do orçamentado.

Observa-se uma retracção das receitas extraordinárias, desde logo, as provenientes de fundos comunitários e contratos programa, o que denota a falta de dinamismo quanto à captação de uma fonte fundamental de financiamento e obtenção de receitas, com impacto negativo no desenvolvimento do nosso concelho.

Continuamos a observar despesas, isto é subsídios a entidades, como a Bragança na ordem dos 13.500 euros, tratando-se, pois, de uma entidade privada, com um escopo lucrativo que, por tal motivo, não deve ser apoiado com os dinheiros dos contribuintes, quando, ao invés a Câmara Municipal nunca foi capaz de subsidiar, por exemplo, a FAP – Esposende apesar de diligências desta Federação de Pais há cerca de 5 anos neste sentido.

Temos, pois, à semelhança, de anos anteriores, uma execução distante do orçamento, o que demonstra a falta de rigor na elaboração dos documentos previsionais.”

Seguidamente intervenção Berta Viana, em representação do Grupo Político do CDS/PP e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Relativamente a este ponto o grupo político do CDS/PP gostaria de salientar que foram feitas dezoito revisões orçamentais ao orçamento inicial e notou-se um esforço e reajustamento constante por parte da Câmara.

Relativamente à execução orçamental que foi na ordem dos 77,75% no total das receitas e 76,77% nas despesas, tendo por isso um grau de execução orçamental que ronda pouco mais de 60% tendo resultado que a Câmara Municipal fez menos de dois terços do prometido neste primeiro ano de mandato.

Relativamente a outros índices que vêm na informação que me permitem tirar outras conclusões, fico triste quando Esposende, nos 308 municípios num ranking que está publicado no guia de Portugal e cuja fonte é o “Municípios S.A.”, aparece na posição 108 quanto ao índice de desenvolvimento concelhio e naturalmente também me entristecesse ver que comparativamente com Ponte de Lima que aparece no 28 lugar, apesar de ser um concelho do interior e com outros constrangimentos.

No índice do ambiente e qualidade de vida, espantosamente, Esposende aparece na posição

211 do mesmo guia.

Atendendo que o que está em discussão é a execução do orçamento, gostaríamos que o senhor Presidente da Câmara comente este nosso posicionamento, porque gostaríamos de ver Esposende noutra posição.”

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara tendo referido que, o Deputado Manuel Carvoeiro utilizou uma expressão que o agradou e servirá, conforme referiu, para iniciar a sua intervenção.

Continuando disse, e utilizando a frase anteriormente proferida pelo Deputado Manuel Carvoeiro “Este executivo que já está há tantos anos à frente dos destinos do concelho”, que estamos numa democracia e como tal são as pessoas que escolhem e que têm os esposendenses por pessoas inteligentes, não será por acaso que, durante mais de vinte anos, escolheram o PSD para gerir os destinos do concelho, e que ao escolherem o PSD, fizeram uma avaliação diferente das que os senhores Deputados fizeram na presente sessão.

Seguidamente e respondendo às questões colocadas pelo Deputado Orlando Rua disse que se na sua intervenção não tivesse cometido tantos erros técnicos, estaria tentado a pedir ao Deputado Orlando Rua que cessasse a sua licença de vencimento de há tantos anos e regressasse à condição de trabalhador da Câmara para ajudar a gerir a Câmara Municipal. Continuando disse que tendo em conta os erros apresentados na intervenção, não iria fazer o convite. Continuando deu algumas explicações, nomeadamente quanto à questão da reserva, informando que essa questão têm a ver com processos que estão em tribunal e que é impossível quantificar qual os valores que os tribunais irão decidir, isto se decidirem pela penalização da Câmara Municipal, e o valor encontrado é referente aos dados disponíveis e que o ROC aceitou.

Seguidamente e sobre as Águas do Noroeste, referiu que a Câmara nunca teve participação no capital das Águas do Noroeste e que estas nem existiam, tendo unicamente sido criadas em 2010. Disse ainda que a Câmara Municipal tinha era capital nas Águas do Cavado e como houve uma fusão, a percentagem do capital da Câmara diminuiu porque entraram mais municípios.

Disse que em relação à Esposende Ambiente a Câmara tem facturas em dívida e essas têm a ver com a limpeza urbana e com a manutenção de jardins e são facturas que transitam de um ano para o outro o que, em seu entender, é completamente normal.

Continuando, disse que em relação à intervenção da Deputada Berta Viana, a teria que corrigir, uma vez que não foram feitas dezoito revisões orçamentais, porque a Câmara não teve qualquer revisão orçamental. Disse ainda que houveram de facto foram alterações orçamentais, e que são coisas completamente distintas.

Seguidamente e sobre a comparação com Ponte de Lima disse que Esposende poderia ser comparado com outros municípios, mas escolher Ponte de Lima que é um concelho que tem uma taxa de cobertura de saneamento básico de 25%, disse só entender a comparação porque se trata da única Câmara do país que é CDS.

Seguidamente e em defesa da honra, usou da palavra o Deputado Orlando Rua tendo dito que não admite que o senhor Presidente faça considerações pessoais e privadas sobre a sua vida pessoal e profissional.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS FINAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2010.

Votaram contra 4 deputados municipais eleitos pelo PS e o deputado municipal eleito pela CDU.

Abstiveram-se os 3 deputados municipais eleitos pelo CDS-PP e os senhores Presidentes de Junta de Esposende e Fão num total de 5. -----

Foi proferida a seguinte declaração de voto:

Do Partido Socialista, cujo teor, e como referiu o Deputado Manuel Enes se remete para a intervenção que foi efectuada no período de discussão do presente assunto pelo Deputado Orlando Rua. -----

03.08 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Interveio Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, tendo referido que a sua intervenção era referente a um assunto que fora colocado na última Assembleia, por um munícipe de Gandra, e que o assunto das vacarias terá que merecer a melhor atenção por parte da Assembleia Municipal mas sobretudo por parte da Câmara Municipal enquanto órgão executivo deste município. Disse ainda que a questão das vacarias em zona urbanas deveria desencadear todo um trabalho no sentido de recensar no contexto do concelho este tipo de infra-estruturas num diálogo com os produtores, moradores e com a Cooperativa Agrícola de Esposende no sentido de serem adoptadas medidas tendentes a minimizar o impacto nas zonas urbanas e que as futuras vacarias deveriam ficar localizadas em espaços criados para o efeito.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito a senhora Joanna Gonçalves, tendo questionado o senhor Presidente da Câmara sobre a criação do Conselho Municipal da Juventude que fora, em tempos, apresentado e proposto por um Vereador do CDS/PP numa reunião de Câmara e que gostaria de saber qual o ponte da situação da referida proposta.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara tendo inicialmente e com a devida autorização por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal, dito que em relação às vacarias, pela forma e intervenção do Deputado Manuel Carvoeiro, daria a ideia que em Esposende este assunto seria tratado em cima do joelho, contudo o PDM de Esposende já não prevê a construção de vacarias em zonas urbanas. Continuando disse que o problema são as pessoas que vão viver para locais onde já existiam vacarias, mas que é uma assunto que está a ser tratado pela Câmara Municipal, nomeadamente com a Cooperativa Agrícola e os agricultores. Continuando e sobre a questão colocada sobre o Concelho Municipal da Juventude, disse a

Câmara Municipal chegou a aprovar o regulamento para o funcionamento do Conselho Municipal da Juventude, nos termos de uma Lei publicada e que praticamente obrigava os municípios a criarem os Conselhos Municipais de Juventude. Contudo, houve uma intervenção da Associação Nacional de Municípios que sugeriu e pediu aos municípios que suspendessem o processo porque entendiam que a legislação que tinha sido publicada pelo governo violava a autonomia do Poder Local. Após esta situação e em acordo com o governo ficou estabelecido suspender a criação dos Conselhos Municipais de Juventude e que o diploma seria melhorado e discutido entre a Associação Nacional de Municípios e o governo e que só após a criação de um novo diploma se avançaria com o processo.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

---Sendo vinte e quatro horas e trinta e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

ACTA

N.º 02/2011

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
28 de Abril de 2011